

NALU FARIA | RENATA MORENO | CARLA VITÓRIA | SONIA COELHO

FEMINISMO E AUTONOMIA DAS MULHERES

CAMINHOS PARA
O ENFRENTAMENTO
À VIOLÊNCIA



FEMINISMO E AUTONOMIA DAS MULHERES

CAMINHOS PARA O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

NALU FARIA
RENATA MORENO
CARLA VITÓRIA
SONIA COELHO

SÃO PAULO, JUNHO DE 2018



Feminismo e autonomia das mulheres: caminhos para o enfrentamento à violência

Publicação da SOF

www.sof.org.br

sof@sof.org.br

(11) 3819-3876

Redação: Carla Vitória, Nalu Faria, Renata Moreno e Sonia Coelho

Preparação e revisão: Aventura da Narração / Alessandra Ceregatti

Ilustração: Biba Rigo

Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol

Impressão: Pigma Gráfica e Editora Ltda.

Tiragem: 4.000 exemplares

Fotos: Elaine Campos, Helena Zelic e Isadora Mendes

Esta obra foi licenciada com uma Licença  *Creative Commons – Atribuição – Uso Não Comercial – Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Brasil.*

Apoio para esta publicação

Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres.

Fomento n. 813538/2014 - SNPM/SEGOV/PR

São Paulo, junho de 2018

SOF Sempreviva Organização Feminista

F224 Feminismo e autonomia das mulheres: caminhos para o enfrentamento à violência / Nalu Faria, Renata Moreno, Carla Vitória, Sonia Coelho. São Paulo: SOF, 2018. 40p.

ISBN 978-85-86548-33-8

1. Feminismo 2. Autonomia 3. Violência 4. Movimento
I. Título

SUMÁRIO

- 4 INTRODUÇÃO
- 8 CENTRALIDADE DA AUTONOMIA
DAS MULHERES NO ENFRENTAMENTO
AO SISTEMA PATRIARCAL
- 31 SEM CULPA, NEM DESCULPA!
MULHERES LIVRES DA VIOLÊNCIA
- 40 BIBLIOGRAFIA

APRESENTAÇÃO

O debate que realizamos na SOF está conectado à visão da Marcha Mundial das Mulheres, que entende a violência em geral e a violência contra as mulheres como resultado de uma relação de dominação sistêmica. Portanto, ela deve ser olhada desde uma perspectiva histórica, que engloba a interação entre vários fatores. Em nossa realidade, isso significa estabelecer conexões entre o processo de colonização do Brasil e a formação do capitalismo patriarcal e racista. Nesse sentido, enfrentar a violência implica em lutar por outro modelo de sociedade mantendo o foco em como a violência se expressa em cada momento histórico como uma relação de poder.

No Brasil, assim como em quase todo o mundo, a luta contra essa violência está inserida na trajetória do movimento feminista e tem sido tratada como uma de suas prioridades desde os anos 1980. Nessa época, o Estado começou a assumir o enfrentamento à violência como parte das políticas públicas. Esse processo não foi linear: houve momentos de avanços significativos e outros de retrocessos. Além disso, muitas vezes essas políticas não estão estruturadas a partir da visão do feminismo, como por exemplo, quando estão centradas na ideia de reforçar a unidade familiar a partir da ideia de complementariedade, desconsiderando que a família é um terreno de conflito.

Desde suas origens, o feminismo enfrenta permanentemente as forças conservadoras, que impõem



ELAINE CAMPOS

ATO DO 8 DE MARÇO NA AVENIDA PAULISTA, EM SÃO PAULO (SP), 2018

modelos capitalistas, racistas e patriarcais de corpo, sexualidade e comportamento, de organização do trabalho e da família. Hoje, conservadorismo e neoliberalismo se aliam para atacar o conjunto das condições de vida da maioria da população, resultando em trabalho sem direitos, terceirizado, com jornadas super extensas e baixos salários; transformação de direitos em mercadorias que excluem a maioria das pessoas de seu acesso; vigilância e violência para controlar as pessoas,

os comportamentos e os territórios.

A ofensiva conservadora atual foi e é forjada e fomentada pelos detentores do poder econômico, midiático, religioso e político para frear os avanços e mudanças que se apresentam como obstáculos para seu projeto de dominação. Articulada nas estruturas de poder do Estado e nas relações de poder do cotidiano, essa reação conservadora fomenta comportamentos de ódio, violência e intolerância que minam modos de ser, de agir e de se

relacionar que não correspondem aos dos grupos privilegiados. Estes têm como referência as visões e experiências das elites brancas, androcêntricas e heterossexuais e são impostos como norma, em um modelo hegemônico a ser alcançado.

A violência sexista é um dos principais instrumentos da ofensiva neoliberal em curso, na qual o controle dos territórios e dos corpos das mulheres mostra-se como elemento central. A agenda política imposta pelo neoliberalismo baseia-se numa moral patriarcal que pretende recuperar os paradigmas da família e da mulher subserviente, que se expressa na violência contra as mulheres e toma o mundo público com cada vez mais expressões de crueldade. Cresce o assassinato de mulheres negras, os casos de estupros coletivos e de lesbofobia. A violência é utilizada também para gerar medo e silenciar as vozes de mulheres que lutam pela construção de uma sociedade justa e igualitária. O assassinato de Marielle Franco, militante feminista negra, lésbica e ve-readora pelo PSOL – Partido Socialismo e Liberdade do Rio de Janeiro – é emblemático dessa reação conservadora contra a vida das mulheres.

Ao mesmo tempo, o processo de mercantilização e de avanço do ca-

pital sobre os territórios se expande também sobre os corpos e o trabalho. E é sobre a vida das mulheres e das populações negras que a violência ocorre de forma mais contundente e cruel. A banalização da sexualidade e a hipersexualização das mulheres negras nos meios de comunicação, vídeos e publicidade caminham junto com a tentativa de reforço de modelos de feminilidade que dividem as mulheres entre as recatadas e as vadias - todas disponíveis para os homens.

Por outro lado, esse mesmo cenário é marcado por um número cada vez maior de mulheres que questionam o machismo desde muitos lugares e pontos de vista. As mulheres tomam as ruas para reivindicar o fim da violência sexista, exigir igualdade dentro e fora de casa e ter o direito de decidir sobre suas vidas. No enfrentamento dessa ordem e na luta para construir outro modelo, consideramos que é necessário afirmar e focar a centralidade da construção de autonomia das mulheres como uma diretriz que ilumina nosso processo de organização e de construção como sujeitos coletivos.

Nesta publicação, detalhamos em profundidade como acontecem as relações patriarcais e racistas de



ELAINE CAMPOS

ATO DO 8 DE MARÇO NA AVENIDA PAULISTA, EM SÃO PAULO (SP), 2018

poder e o controle sobre o corpo, trabalho e sexualidade das mulheres em reforço ao capitalismo. A partir daí, afirmamos o feminismo como caminho para a construção da autonomia das mulheres. O segundo texto recupera o conteúdo do jornal “Sem culpa, nem desculpa! Mulheres livres da violência”, material que vem sendo utilizado desde 2017 nos debates com grupos da Marcha Mun-

dial das Mulheres e de outros movimentos populares do campo e da cidade para aprofundar nossa reflexão sobre autonomia no enfrentamento à violência sexista e na construção de outro modelo de sociedade. Nosso objetivo é que os textos provoquem debates coletivos e, assim, contribuam para a formação e ação feministas das mulheres em movimento. ■

CENTRALIDADE DA AUTONOMIA DAS MULHERES NO ENFRENTAMENTO AO SISTEMA PATRIARCAL



ISADORA MENDES

JORNADA CONTINENTAL PELA DEMOCRACIA
E CONTRA O NEOLIBERALISMO,
MONTEVIDÉU, URUGUAI, 2017

A palavra autonomia pode ser utilizada de diferentes formas e em diversos contextos. Seu significado, de acordo com o dicionário, é “Faculdade de se governar a si mesmo. Direito de se governar por suas próprias leis, dirigir-se por sua própria vontade”. Nos termos de Simone de Beauvoir, autonomia é a “capacidade de nomear seu próprio horizonte de vida”. Ao aplicar este conceito para as mulheres, podemos defini-lo como o poder que elas têm para determinar e regular sua própria vida.

São várias as dimensões que compõem a autonomia das mulheres: autonomia sobre o corpo, poder de decisão sobre o projeto de vida e condições para pôr em prática suas decisões, que incluem, por exemplo, trabalho e sexualidade. Mas, ainda que possamos nos referir à autonomia para tratar da autodeterminação de cada mulher, a autonomia só será possível com transformações que alcancem todas as mulheres. Tratar autonomia apenas em sua dimensão individual é uma armadilha.

Para desmantelar o mandato patriarcal, o pacto masculino de dominação sobre as mulheres, é crucial refletir sobre como ocorre a construção dessa relação de poder baseada na inferiorização das mulheres em oposição à superioridade e à supremacia masculinas, estruturadas a partir

do controle do trabalho, do corpo e do tempo das mulheres.

Quando as mulheres afirmam o corpo como seu primeiro território, colocam a luta pela autodeterminação e liberdade como uma disputa permanente. Nesse processo, é preciso articular uma visão completa sobre o nosso corpo na relação com as dinâmicas capitalistas, racistas e patriarcais, que impõem ritmos, expectativas e exploração. Mas também é necessário fortalecer as nossas resistências e a capacidade que as mulheres têm de, juntas, recuperar o controle sobre suas vidas, comportamentos e desejos.

A luta feminista pela liberdade e a autonomia sobre o corpo carrega esse sentido integral, que se articula essencialmente com a luta por igualdade e com transformações na organização de nosso cotidiano do trabalho e da vida.

O CAPITALISMO HETEROPATRIARCAL E RACISTA IMPEDE A AUTONOMIA DAS MULHERES

Nosso imaginário é repleto de representações que reforçam relações sociais de dominação e de poder de determinados grupos sociais sobre outros. Existe um consenso de que a dominação masculina sobre as mulheres é a mais antiga da história da huma-

nidade. À medida em que a forma de organização da sociedade passa a ser capitalista, homens e mulheres foram sendo realocados na estrutura segundo sua classe social. Portanto, embora o patriarcado defina a vida do conjunto das mulheres, a dimensão de classe define elementos diferenciados para o que é ser mulher.

A história da humanidade foi sendo estruturada por outras relações de dominação, como o racismo, o colonialismo e a opressão da sexualidade. Na América Latina, nossa formação social é marcada pelo colonialismo e pelo racismo, que de forma coextensiva¹ estruturaram o capitalismo e aprofundaram o patriarcado. Isso nos leva a olhar as desigualdades das mulheres considerando que o capitalismo como modelo hegemônico é heteropatriarcal e racista.

O capitalismo incorporou o patriarcado como fundamental na sua estrutura, separando a produção para o mercado e a reprodução da vida. O trabalho de reprodução da vida foi feminizado e, ao mesmo tempo, invisibilizado, não sendo reconhecido como trabalho. Todas as atividades realizadas pelas mulheres passaram a ser vistas

como extensão da reprodução e, assim, foram sendo desvalorizadas.

O racismo estrutura o conjunto das relações e organiza o lugar social das mulheres negras, que estão em maior número cumprindo tarefas do cuidado e expostas à precarização de suas condições de vida e trabalho, à hipersexualização de seus corpos, a maiores índices de violência e ao preconceito permanente.

O capitalismo aprofundou a **divisão sexual do trabalho**, colocando a maternidade como o lugar principal das mulheres e fator definidor de suas vidas. Ao mesmo tempo em que definiu um tratamento dicotômico, classificando e separando as mulheres entre boas e más, santas e pecadoras. Para isso, fortaleceu a ideia de que há uma divisão entre uma **esfera pública e outra privada**. A primeira considerada como o lugar onde se dá a produção e a segunda onde se dá a reprodução. Dessa forma, o conceito de trabalho é reduzido ao que tem valor monetário e todo o trabalho doméstico e de cuidados, central para a sustentabilidade da vida humana, é ocultado.

Essa visão sobre a separação entre esferas dicotômicas esconde a dependência masculina e do capital do trabalho invisível e não reconhecido das mulheres. Na verdade, são falsas dicotomias que caracterizam o masculino

1. Segundo Daniele Kergoat, as relações sociais são substanciais, ou seja, formam um nó que pode ser desatado apenas apenas na perspectiva da análise sociológica e não das práticas. Já as relações sociais como classe, gênero e raça são coextensivas, ou seja, elas se reproduzem e se co-produzem mutuamente.

vinculado às esferas da produção, do público, do político, do mercado, da cultura e da razão. O feminino como a reprodução, o privado, o pessoal, a família, a natureza e a emoção. São valores e visões de mundo impostos pelo grupo dominante que não são neutras, mas hierárquicas. (Carrasco, 2003). Essa é a base do que se denomina uma sociedade androcêntrica. Ou seja, que se construiu a partir da lógica que o masculino é o dominante e que, portanto, é a referência para a construção das práticas sociais.

A **hierarquia** aparece quando se valoriza e prestigia mais os espaços e atividades consideradas masculinas. O feminino é representado como frágil, dependente, meigo, fútil, vinculado à maternidade. Já o masculino é representado como forte, viril, violento, independente, livre.

Como nos mostrou Simone de Beauvoir, a própria noção de feminilidade foi sendo inventada e definida pelos homens, com uma intenção de autolimitação das mulheres. Ela argumentava que as mulheres, ao terem que se adequar a um modelo de feminilidade baseado nos ideais e interesses masculinos, terminavam por se converter em objetos e presas dos homens. O principal mecanismo de justificativa para a definição do masculino e feminino é a **naturalização** dessa construção como

parte de uma suposta essência masculina e feminina. Ao fazer parecer que é parte da natureza, a ideologia dominante trata as relações de desigualdade entre homens e mulheres como diferenças que se complementam.

Ao longo de milhares de anos o patriarcado, que se organiza a partir da ideia de superioridade do homem sobre as mulheres e a natureza, foi forjando uma ideologia para justificar seu poder de posse e de mando. Para tanto, foi necessário inferiorizar as mulheres a partir do estabelecimento de uma **cultura misógina**, ou seja, de ódio, aversão, depreciação e desprezo às mulheres. Essa cultura foi sendo construída e aparece em textos antigos, mitos e, inclusive, citações de muitos filósofos.

IMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA E DA HETEROSSEXUALIDADE COMO NORMA

A defesa de uma **família patriarcal**, heterossexual e com papéis sociais de sexo bem definidos é central na ideologia conservadora que sustenta a subordinação das mulheres.

Grande parte das famílias não corresponde a esse modelo nuclear, tido como ideal, em que há um homem, uma mulher e filhos. Esse modelo tem como referências as famílias brancas e de elite e segue a lógica da divisão sexual do trabalho: o homem seria o pro-

vedor, a mulher seria a dona de casa cuidadora. A realidade não funciona assim, já que a maioria das mulheres, tanto aquelas que estão em relações heterossexuais quanto as solteiras ou em relações lésbicas, trabalham fora e dentro de casa.

Um dos elementos que estruturou esse modelo de família foi a imposição da heterossexualidade como norma obrigatória. Ou seja, para esse ideal de família existe um modelo de sexualidade que é considerado padrão e que hierarquiza e normatiza como as pessoas devem se relacionar.

O controle da **sexualidade** das mulheres se vincula tanto à imposição do modelo de família centrado no poder masculino, como também ao tipo de trabalho assignado para as mulheres. O modelo hegemônico de sexualidade também é construído a partir de uma dupla moral. Durante muito tempo, houve a exigência de virgindade das mulheres até o casamento, além de fidelidade. Já os homens eram e ainda são incentivados a terem múltiplas experiências antes do casamento. Uma vez mais, a naturalização marca a visão sobre a sexualidade, como se esta fosse determinada biologicamente. Aos homens se atribui uma sexualidade baseada na força, na virilidade e na ideia de que eles teriam um desejo insaciável, enquanto para as mulheres

a sexualidade seria marcada pela passividade, vinculada mais à reprodução que ao prazer.

Nessa dupla moral, a **prostituição** sempre foi tratada como algo natural e necessário, inclusive servindo como ritual de iniciação da vida sexual de muitos meninos, vista como necessária para garantir a satisfação dos desejos “insaciáveis” de homens solteiros ou casados. A prostituição também faz parte das representações para controlar e julgar as mulheres como “honradas ou não” a partir de sua sexualidade e, assim, definir punições, estigmatiza-las e dividi-las. Um dos mecanismos utilizados é a construção de muitos estereótipos nos quais as prostitutas foram vinculadas ao imoral e ao indecente. O estigma é usado não só para as mulheres que exercem a prostituição, mas também para as que se rebelam contra a moral conservadora ou para aquelas que estão fora do modelo de feminilidade considerado adequado.

A naturalização da prostituição, vista no senso comum como “a profissão mais antiga do mundo”, esconde que se trata na verdade de um sistema de exploração e opressão com diferentes atores envolvidos - clientes, empresários, cafetões e cafetinas e até Estados. Portanto, configura-se mais como uma instituição ancorada nas estruturas eco-



ISADORA MENDES

ATO DO 8 DE MARÇO EM NATAL,
RIO GRANDE DO NORTE, 2018

nômicas e nas mentalidades coletivas do que como uma opção individual.²

CORPO BANALIZADO E HIPERSEXUALIZAÇÃO DAS MULHERES

A sociedade impõe, cada vez mais cedo, a necessidade de que as meninas se apresentem como sedutoras, expondo corpos femininos constantemente na publicidade e, novamente, alimentando a ideia de que a sexualidade feminina está disponível aos desejos e vontades dos homens. Esses

são processos sociais que interferem na forma como a sexualidade é percebida e vivenciada.

Essa banalização se expressa com a ideia de que ser livre é fazer o que quiser com o corpo – olhar destituído de qualquer questionamento crítico aos padrões impostos que moldam os desejos e a visão de estética, entre outros aspectos. O controle e a padronização da sexualidade é uma constante e oculta a pressão permanente para que as mulheres estejam sempre dispostas sexualmente, em nome de uma suposta liberação. Um exemplo disso são as pílulas que incentivam a libido. As mulheres são estimuladas a alterarem seu

2. Esse debate é complexo e foi feito de maneira abrangente na cartilha “Prostituição: uma abordagem feminista” (2013), disponível para download no link <http://www.sof.org.br/2014/02/19/prostituicao-uma-abordagem-feminista/>

comportamento sexual de acordo com as novas exigências masculinas. E, caso elas questionem esse modelo **andro-cêntrico**, são consideradas moralistas, puritanas e reprimidas. Não por acaso essas são as mesmas características atribuídas às feministas. Existe hoje, portanto, um discurso de liberação da sexualidade que permanece dentro das normas da sexualidade masculina.

A ideia de liberdade sexual virou argumento para uma lógica de consumo de pessoas. Na sociedade regida pelo mercado, onde é preciso provar e consumir tudo, as pessoas se transformam em mais um produto a ser consumido. A dinâmica do cortejo e descarte vira uma prática comum. A negação da afetividade e do compromisso se apresenta como ferramenta de libertação, mas convive com uma idealização de, em algum momento, encontrar **a pessoa** que vai “completar” suas expectativas.

Essa dinâmica convive com a supervalorização e idealização do casamento. Permanece a ideia de que as mulheres precisam de alguém para serem completas. Dessa forma se constrói uma subjetividade que nega a autonomia e a legitimidade de seus desejos, na medida em que eles são atrelados a ser e estar para o outro, e não para si.

As mulheres negras colocam para o feminismo o debate sobre a hipersexualização de seus corpos, que tem

raízes na escravidão, com o estupro e a violação sistemática do corpo das mulheres negras e indígenas, e que as mantém numa posição de abuso constante. Elas trazem também a reflexão sobre a solidão da mulher negra: muitas são responsáveis sozinhas pelo sustento da casa e pela reconstituição das famílias frente ao encarceramento e assassinato dos jovens negros. Ao mesmo tempo, são vistas, especialmente na juventude, como mulheres para transar, mas não para manter relações estáveis de afeto mútuo.

As relações estão permeadas por ferramentas de controle. O ciúme continua sendo apresentado como preocupação e amor, mascarando seu conteúdo de posse e controle. Ao mesmo tempo, se retoma hoje o debate sobre o “amor livre” e poliamor, muitas vezes dentro de moldes conservadores. É preciso questionar se essas fórmulas acabam com os privilégios masculinos ou se os reproduzem, se substituem um modelo por outro que também aprisiona e se desconstroem ou não as relações de poder.

CORPO DAS MULHERES: MOLDADO PARA A DESIGUALDADE

Nosso corpo é construído junto com os ideais do que é ser mulher em cada sociedade. Na forma hegemôni-

ca, eles são marcados pela expectativa de uma permanente disponibilidade das mulheres para o outro, seja pelo nosso trabalho que nunca acaba, seja pelas exigências sobre a aparência. Assim, o corpo das mulheres é moldado e disciplinado e seu comportamento é vigiado, julgado, punido. Esse processo é marcado também pela classe e pelo racismo. Para as mulheres brancas e de elite, é construído o ideal da fragilidade; já as mulheres negras e as trabalhadoras são associadas à força, para dar conta de muito trabalho pesado.

Desde cedo a socialização e educação das crianças é um treinamento para a **divisão sexual do trabalho**. As meninas desenvolvem habilidades que as disciplinam para o trabalho doméstico e de cuidados. As brincadeiras e atividades realizadas as ensinam a ser detalhistas, a ter paciência, a realizar movimentos repetitivos. Dessa forma, desenvolvem coordenação motora fina, necessária para muitas tarefas a serem feitas em casa ou em vários postos de trabalho. Aprendem a ser multifuncionais e a realizar atividades simultaneamente, bem como a estar disponíveis de forma permanente, sempre prontas a ajudar quem precisar e sempre agradáveis e belas.

Enquanto os meninos recebem brinquedos mais relacionados ao raciocínio lógico, como carrinhos e jo-

gos de montar, brincam mais ao ar livre e têm mais acesso à tecnologia, as opções de lazer para as meninas estão relacionadas às tarefas da beleza e do cuidado, como bonecas e mini-objetos de limpar a casa. Até as atividades físicas destinadas às meninas têm a ver com a paciência e a graciosidade: enquanto elas dançam, os meninos jogam bola e lutam. Evidentemente, a socialização também tem recorte de classe e de raça e é utilizada para marcar as hierarquias entre as mulheres, mas tem em comum a necessidade de permanente disponibilidade para o outro, em geral, homem.

Em alguns momentos históricos, e até hoje em muitas sociedades, a **coerção** marca este modelo: a ameaça da violência obriga as mulheres a seguirem estritamente as regras e leis patriarcais. Mas, cada vez mais, vemos que a coerção passa a dar lugar a um estímulo constante para que as mulheres “desejem” se submeter aos padrões machistas.

A socialização diferenciada de mulheres e homens faz com que as desigualdades não apenas pareçam naturais, mas desejáveis. Seja nas escolas, no ambiente familiar, no trabalho ou pela mídia, os padrões de feminilidade e masculinidade são continuamente demarcados e reafirmados. É cada vez menos necessário que as mulheres se-

jam coagidas pela violência a cumprir com as expectativas de suas práticas sociais como mulheres. Pelo contrário, a feminilidade normativa contemporânea se encarrega de propagandear a figura de uma mulher feliz e bem resolvida com as suas escolhas.

Os padrões de feminilidade impostos às mulheres são acompanhados da ideia de que são libertários se resultarem da livre escolha. Mas quais são as possibilidades de escolha das mulheres? As opções são limitadas pelo que o mercado capitalista, racista e machista oferece a cada uma. Ao se dizer, por exemplo, que uma mulher *escolheu* fazer cirurgias plásticas para mudar a sua aparência e que, portanto, ela é livre, não se questiona que, nesta sociedade, as mulheres são julgadas por padrões de beleza.

Apesar de meninos e meninas ouvirem constantemente que são iguais em direitos, a socialização diferenciada demonstra que a sociedade possui expectativas distintas para as pessoas de acordo com seu sexo, sua classe e sua raça. Enquanto as crianças de famílias com mais renda estão acostumadas a ter alguém integralmente disponível para o seu cuidado, as crianças pobres têm o trabalho como uma realidade desde pequenas.

Da mesma forma, alguns aspectos enaltecidos da feminilidade branca se

contrastam com aspectos desvalorizados da feminilidade negra. Até pouco tempo atrás, as mulheres brancas e de classe média eram socializadas com a expectativa do casamento, para servir aos seus maridos, ao passo que as mulheres negras e as mulheres pobres são vistas enquanto disponíveis sexual e afetivamente, sem reciprocidade.

A complexidade das relações sociais de classe, raça e sexo exige a superação de visões dicotômicas e superficiais, que não dão conta de explicar as dinâmicas da desigualdade e fragmentam as possibilidades de resistência.

IMPOSIÇÃO DA MATERNIDADE E CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO

Há um processo de associação do nosso corpo aos processos biológicos, principalmente o da procriação, por meio da imposição da maternidade. Essa associação oculta o processo de construção social do ser mulher. A naturalização empurra para o biológico todas as questões do trabalho, da personalidade e das habilidades das mulheres, como se tudo estivesse vinculado ao fato de sermos fêmeas que engravidam e amamentam.

Ainda hoje, permanece uma expectativa de que as mulheres sejamos mães, associada a um discurso que coloca a maternidade como o que nos

completa e o que nos confere singularidade no mundo. Há mudanças em relação à definição de quantos filhos ter. Se antes era uma obrigação aceitar todos os filhos que viessem, hoje, em uma sociedade crescentemente urbanizada, com diminuição da mortalidade infantil e, em consequência da luta das mulheres para terem controle sobre a concepção, a expectativa é a de que as mulheres tenham poucos filhos. Nessa questão também há diferenças marcadas pela classe e pelo racismo, como no caso da laqueadura forçada de Janaína Aparecida Quirino, mulher negra em situação de rua, que teve o processo de esterilização determinado por um juiz, sem qualquer direito de defesa.

A imposição da maternidade não é acompanhada de mudanças nos padrões de comportamento dos pais e nem de uma ampliação significativa de políticas públicas de apoio à reprodução, como creches e restaurantes e lavanderias coletivas.

A maternidade é cada vez mais explorada pelo mercado, que coloca as exigências do que deve ser o enxoval, os tipos de fotos, as festas e as lembrancinhas do parto. Uma parafernália que, além de mostrar o predomínio do mercado em nossas vidas, dita como deve ser o comportamento das mulheres.

Ser mãe biológica também virou uma mercadoria: com a “reprodução

assistida”, cada vez mais mulheres consideram natural procurar médicos, tomar hormônios e submeter-se a processos dolorosos e caríssimos para engravidar.

Essa imposição mostra que a vivência da sexualidade das mulheres ainda não está separada da reprodução. Ou seja, não há o reconhecimento do desejo sexual das mulheres. Essa situação continua sendo base para a criminalização do aborto e também da sexualidade lésbica em muitos países.

O direito de decidir sobre a maternidade está no centro do debate sobre a autonomia das mulheres e é decisivo para garantir os rumos de sua vida. A realidade nos mostra que, frente a uma gravidez indesejada, as mulheres abortam.³ Nos países onde esse direito não está garantido, são as mulheres pobres, as que sofrem racismo, como as negras no Brasil, e as jovens que abortam em condições de insegurança para sua saúde. Em consequência, há milhares de mulheres que ficam com sequelas em sua saúde e outras milhares que morrem.

As mulheres abortam por necessidade e não porque querem. São muitos os motivos que levam as mulheres a uma gravidez indesejada, como a falta de acesso a métodos anticoncep-

3. A Pesquisa Nacional sobre Aborto, realizada em 2016, apontou que quase uma a cada 5 mulheres (1 para 5,4) aos 40 anos já realizou pelo menos um aborto. (Diniz, 2017)

tivos, as possibilidades de falhas nos métodos existentes, e, sobretudo, a forma como acontecem as relações heterossexuais em nossa sociedade. Em uma realidade em que grande parte dos homens se recusa a usar o preservativo, são as mulheres as responsáveis por evitar a gravidez. Não é por acaso que os homens nunca estão presentes quando o assunto é aborto e criminalização das mulheres. Ao mesmo tempo, são eles que continuam decidindo sobre o direito das mulheres realizarem ou não um aborto, uma vez que são a maioria dos que estão nos espaços de poder e decisão.

Um aspecto emblemático do controle patriarcal sobre o corpo tanto em situações de aborto quanto na vivência da maternidade é a violência que as mulheres sofrem nos equipamentos de atendimento à saúde. Vários estudos realizados por feministas há muitos anos apontavam como as mulheres são maltratadas quando chegam com processo de abortamento nos hospitais. A pesquisa "Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado", de 2010, realizada pela Fundação Perseu Abramos e SESC, mostra que essa violência é permanente: mais de 25% das mulheres responderam que sofreram algum tipo de violência durante o parto. E as mulheres parturientes relatam ter escutado os mesmos tipos de

frases de humilhação sexual que são ditas para as mulheres que passam por processos de atendimento ao abortamento, marcadas por expressões de racismo existente em todos os âmbitos da sociedade brasileira.

CORPO FRAGMENTADO, CORPO REMEDIADO

Durante séculos, o patriarcado cercou o corpo das mulheres de medos, tabus e mitos como ferramentas para controlá-lo e moldá-lo. É o caso da menstruação, que foi utilizada para restringir comportamentos e a alimentação das mulheres, e, fundamentalmente, como mecanismo para fazer com que gostassem menos de si e se sentissem inferiores. Por isso durante muitos anos a menstruação foi vista como incômoda, impura e com mal cheiro.

A imposição da ideia de que o corpo feminino é incompleto, imperfeito, não potente e de que precisa de ajustes de forma permanente deu base para várias práticas medicamentosas e, em particular, para a necessidade de muitas interferências para responder às exigências do padrão de beleza hegemônico. Com o aumento do processo de assalariamento das mulheres e o concomitante crescimento da indústria da beleza, tanto o padrão de beleza quanto o mal-estar generaliza-

do das mulheres com seu corpo foram ampliados.

Os incômodos e inseguranças provocados por esse padrão de beleza inalcançável e pelo julgamento permanente são naturalizados, como se as mulheres sempre precisassem de alguma correção, algum ajuste estético ou médico. Na cidade e no campo, o consumo de antidepressivos e ansiolíticos cresce em larga escala. As condições de adoecimento psíquico são vistas apenas como disfunções químicas, como se o nosso cérebro e glândulas operassem desarticulados da nossa própria existência. Muito pouco os médicos perguntam sobre as nossas condições de vida, de trabalho e de afetos.

A separação entre mente e corpo faz com que esse sistema opere com maior produtividade. O corpo das mulheres é tratado de forma fragmentada, como órgãos, músculos e ossos que adoecem por si só, sem nenhuma conexão com a angústia gerada pela falta de tempo das mulheres, fruto de sua responsabilização quase que exclusiva pelas tarefas domésticas e de cuidado.

SAÚDE ALÉM DO MEDICAMENTO

As recomendações de saúde e bem-estar mascaram interferências que controlam, reprimem e mutilam o

corpo das mulheres. O autocuidado se transforma apenas em cuidados com a aparência física e a beleza e em atividades com o objetivo de aumentar o rendimento a todo custo.

A defesa feminista da saúde das mulheres tem a ver com preservar e conservar a saúde como parte de um debate sistêmico que vai muito além de saídas individuais para os problemas. Pensarmos em saúde para todas significa discutir quais são as condições de vida que previnem as doenças do corpo ou da alma.

Se as mulheres trabalham demais e ficam cansadas e ansiosas, se ingerem produtos com agrotóxicos e desenvolvem doenças crônicas ou se estão sempre disponíveis para o outro e não têm tempo de se exercitar, a indústria farmacêutica coloca em cápsulas a solução para os sintomas desses problemas e suas causas permanecem inquestionáveis.

Os hormônios artificiais são receitados para tudo. Uma sociedade que não aceita o envelhecimento das mulheres prescreve reposição hormonal assim que elas atingem a menopausa. Basta chegar à idade reprodutiva para que as meninas sejam aconselhadas a utilizar anticoncepcional, ainda propagandeados com funções “adicionais” à prevenção da gravidez, como melhora na pele, tratamento para as cólicas e

até mesmo para regulação do humor. Alguns deles chegam a inibir a menstruação, explorando-se a ideia de que a menstruação é algo sujo e desnecessário, que atrapalha a produtividade das mulheres. Poucas vezes, porém, fala-se sobre os “efeitos colaterais” perigosos desse tipo de medicação como, por exemplo, a diminuição da libido, doenças como trombose e até mesmo a morte.

Congestionar o corpo das mulheres com anticoncepcionais, antes mesmo de saber se elas praticam relações sexuais com homens, tem a ver tanto com a heteronormatividade como com a ideia de que a contracepção é uma responsabilidade exclusiva da mulher. Os homens são desobrigados a usar camisinha e muito pouco se conhece sobre os métodos de prevenção de DSTs em relações lésbicas. Enquanto isso, crescem cada vez mais os índices de doenças sexualmente transmissíveis.

ENFRENTAR A ALIENAÇÃO DO CORPO E DA VIDA

A alienação que temos em relação ao nosso corpo também está ligada à alienação com relação ao que comemos e à forma como permitimos que um poder médico e “científico” defina quais alimentos são adequados para

nós. A sociedade regida pelo mercado tem uma dieta da moda em cada estação do ano e cada vez mais pessoas se descobrem alérgicas a algum componente da comida.

É esse mesmo mercado que produz toneladas de comida envenenada pelos agrotóxicos e transgênicos. A maioria dos agrotóxicos, aliás, teve origem como arma química nas guerras, quando seus componentes foram usados para matar as pessoas. Quando questionada, a indústria se apropria dos discursos antissistêmicos e começa a vender alimentos orgânicos, caros e inacessíveis para a maior parte da população, cultivados da mesma maneira hegemônica, sem que haja alterações reais no modo de produção, distribuição e consumo.

A ação humana na lógica do mercado capitalista trata a natureza como se estivesse a serviço da vida de uma parte das pessoas e não compreende que nós somos parte de um todo. O capitalismo avança cada vez mais sobre os territórios, explora a natureza e não respeita os tempos necessários para sua regeneração. O desrespeito aos ritmos de regeneração da natureza transforma o que seria renovável em não renovável. Com a **financeirização da vida e da natureza** esse processo se amplia porque o tempo das bolsas de valores é muito acelerado e se sepa-



ELAINE CAMPOS

ATO DO 8 DE MARÇO NA AVENIDA PAULISTA, EM SÃO PAULO (SP), 2018

ra cada vez mais do que é a vida real, a economia real.

Os tempos da vida marcados pela produtividade, pelo trânsito e pela conexão seguem essa aceleração que quer tornar as pessoas mais e mais produtivas. Isso impacta a nossa saúde física e mental, o nosso corpo e as nossas possibilidades de colocar em práticas vontades e decisões sobre a nossa vida. Questionar os mecanismos que fazem com que as mulheres estejam todo o tempo disponíveis para os outros é um caminho para articular as resistências que precisamos construir e fortalecer.

DIREITO AO PRAZER, AO ABORTO E A UMA VIDA LIVRE DE VIOLÊNCIA

Ao longo da história, a sexualidade humana tem sido objeto de disputa e controle, com argumentos médicos, biológicos, religiosos e psicológicos. A sexualidade, o prazer, o erotismo e as fantasias são constantemente **construídos socialmente**. Por isso, o feminismo discute o que se entende, se aprende e se fala sobre sexualidade.

O feminismo colocou a importância de separar maternidade e sexualidade e defendeu o direito das mulheres ao prazer. Questionou a repressão, a im-

APLICATIVOS QUE TRANSFORMAM NOSSAS VIDAS E EXPERIÊNCIAS EM LUCRO

Precisamos estar alertas. Hoje vemos, por exemplo, vários grupos de mulheres nas redes sociais trocando experiências para parar de tomar hormônios contraceptivos. Isso é positivo, considerando que, desde cedo e para qualquer coisa, nos receitam pílulas para a pele, para os pêlos, para não engravidar. Interromper o uso da pílula, em muitos casos, significa não aceitar as imposições da indústria farmacêutica e do poder médico. E recuperar, no caso das mulheres heterossexuais, que a responsabilidade com a contracepção deve ser das duas pessoas envolvidas na relação sexual. Contudo, os aplicativos de controle do fluxo menstrual foram programados com a intenção implícita de reunir dados sobre a saúde das mulheres para entregá-los ao mercado. Isso demonstra que as tecnologias não são neutras e que algumas questões levantadas pelo feminismo são incorporadas para que as empresas tenham ainda mais lucros.

Um estudo do grupo Coding Rights¹ analisou alguns aplicativos relacionados aos ciclos menstruais,

que são usados por milhões de mulheres – em sua maioria adolescentes e jovens. Os aplicativos, como o *Glow*, usam a necessidade de autoconhecimento do corpo, defendida pelas feministas, para que as mulheres disponibilizem informações sobre seu cotidiano, seus sentimentos, hábitos alimentares e sexuais. Os incômodos com a menstruação e as vivências, desejos e práticas das mulheres são transformados em informações quantificáveis, que poderão servir para que as transnacionais farmacêuticas vendam mais medicamentos. Esse estudo aborda muitas questões que são caras para essa nossa discussão desde uma perspectiva feminista.

Somos nós quem produzimos as informações que se tornam valor quando apropriadas pelas empresas, seja nas redes sociais, nos aplicativos sobre menstruação ou naqueles que contam nossos passos e calorias. Esse é um tempo da nossa vida que é apropriado, como mais uma forma de trabalho não remunerado. A nossa vida e o nosso comportamento são as mercadorias. As empresas donas dos aplicativos podem guardar nossos dados e usar conforme seja de seu interesse. Viramos números, fonte de lucro e propriedade das empresas, mas tudo isso acontece legitimado com um discurso de que podemos escolher e de que isso faz parte da nossa liberdade.

1. Disponível em: <http://migre.me/vSsmwT>

posição e o castigo. Construiu formas coletivas de expressão das mulheres e para afirmação de seu desejo sexual. Para concretizar a separação entre a sexualidade e a imposição da maternidade, a luta feminista pelo controle da reprodução e pelo direito ao aborto é fundamental. As lutas feministas e das lésbicas, bissexuais, gays, travestis e transexuais mudaram e continuam mudando a forma como a sexualidade é percebida e vivenciada.

As mulheres lésbicas colocaram para o feminismo e para o conjunto da sociedade que existe uma imposição da heterossexualidade, que organiza as instituições, o trabalho, as relações sociais. A chamada **heteronormatividade** nega a diversidade, discrimina, pune e estigmatiza todas e todos que transgridem as normas e regras hegemônicas impostas. A sociedade é ainda mais conservadora com a transgressão feminina e a expressão do desejo sexual das mulheres, e por isso a intolerância com a sexualidade lésbica é maior.

O feminismo denunciou ainda todas as formas de abuso e violência contra as mulheres. Denunciou também o estupro dentro do casamento, antes considerado normal, diante da suposta obrigação da esposa de servir sexualmente o marido. Mostrou que a desvalorização generalizada do feminino

definia um padrão de comportamento masculino de agressão permanente às mulheres e estabelecia uma visão delas como objeto de posse, expressa de maneira bastante generalizada em piadas, cantadas, assédio, humilhação e no estupro.

As feministas defendem a autonomia, o direito que as mulheres têm de gostar de sexo, de transar com homens, com mulheres e de vivenciar a sexualidade fora do padrão do casamento e da dupla moral. Questionam o modelo hegemônico de sexualidade e afirmam que existem e sempre existiram muitas resistências e práticas contra-hegemônicas, regidas por outras vontades e princípios.

Teremos mais liberdade na sexualidade à medida que formos capazes de ampliar a nossa liberdade e autonomia na vida, de desconstruir as formações das nossas subjetividades, de questionar as expectativas que os outros nos impõem. Em qualquer relação, afirmamos a exigência da igualdade e da não submissão. Se não é livre, não é amor.

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, DEPENDÊNCIA E SOBRECARGA DAS MULHERES

No início desse texto abordamos a centralidade da divisão sexual do

trabalho como a base material que organiza relações de subordinação das mulheres e as coloca em situação de inferioridade. Por isso é fundamental que a reflexão sobre essas questões considere simultaneamente as várias dimensões que envolvem a construção da autonomia para as mulheres.

No modelo capitalista, patriarcal e racista, os homens são considerados provedores e as mulheres reprodutoras, confinadas ao lar e chamadas comumente de inativas. Ao mesmo tempo em que isso confirma o não reconhecimento da enorme quantidade de trabalho doméstico e de cuidados realizados pelas mulheres, esconde que o modelo baseado no homem provedor é, na verdade, um mito e que nenhuma sociedade pode prescindir do trabalho das mulheres na produção. Em uma família em que a mulher não é assalariada ou não tem renda monetária, muito mais bens e serviços são produzidos dentro da casa.

Ainda é grande o número de pessoas que consideram que o lugar das mulheres é em casa, visão que, portanto, acha “natural” que as mulheres não tenham acesso à renda, não tenham autonomia econômica e sejam dependentes de outras pessoas.

A construção dessa ideia de dependência das mulheres se vincula ao não reconhecimento do trabalho

doméstico e de cuidados. A produção do viver implica em cuidar da alimentação, da limpeza da casa, da lavagem das roupas, do equilíbrio emocional, entre outras atividades de cuidado. O não reconhecimento dos vínculos entre reprodução e produção naturaliza a família e a esfera privada como lugar das mulheres. Dessa forma, desconsidera-se a interdependência entre as pessoas e o fato de que todos e todas necessitam de cuidados, mesmo que em diferentes graus, ao longo da vida, como na infância, na velhice ou em situações de doenças. Mas, sobretudo, faz parecer que os homens são seres independentes e as mulheres, dependentes. Com isso, oculta o quanto de trabalho das mulheres está na base de sustentação do trabalho assalariado dos homens. Essa naturalização tem também o objetivo de ocultar que os homens se apropriam do trabalho das mulheres também no âmbito das relações familiares.

A sobrecarga de trabalho das mulheres dentro e fora de casa absorve seu tempo e se torna um limite para sua autonomia. Quando não estão trabalhando, as mulheres estão na maioria das vezes circulando entre a casa e o trabalho fora de casa. Isso não é muito diferente quando se está apenas em casa pois, como já foi assinalado, nessas situações, mais bens e serviços são

produzidos no âmbito familiar, não só pelas características do trabalho doméstico e de cuidados como também pela exigência em nossa sociedade de disponibilidade permanente das mulheres. As análises feministas apontam que o tempo e o trabalho das mulheres são tratados como variáveis de ajuste frente às crises. São vistos de forma elástica e como recursos inesgotáveis.

No mundo assalariado, a inserção das mulheres continua a ser em guetos profissionais considerados desvalorizados por serem predominantemente femininos. As mulheres não têm sua qualificação reconhecida, tanto a que é adquirida no treino para o trabalho doméstico e de cuidados, quanto a qualificação advinda da formação educacional. Dessa forma as mulheres estão concentradas nos trabalhos precários, mal remunerados, informais, intermitentes e ficam mais tempo desempregadas. Como resultado dessa dinâmica, elas têm menos acesso à proteção social e à aposentadoria.

Atualmente, uma das estratégias do capital é o que chamamos de polarização do emprego feminino. Uma pequena camada de mulheres em várias partes do mundo teve acesso a empregos bem pagos, em carreiras profissionais ou executivas. E embora continuem a ganhar bem menos que os homens em cargos similares, há

uma enorme distância entre o salário que recebem e o da grande maioria das mulheres, o que gera conflito de interesses entre as mulheres. Também se oculta que a inserção nesses empregos melhor remunerados é possível muitas vezes pelo engajamento de outras mulheres - pobres, negras, migrantes - para cumprir o trabalho doméstico e de cuidados.

MERCADO EM EXPANSÃO

A mercantilização é um processo de expansão do capital sobre a vida, que transforma cada vez mais esferas e processos da nossa vida em mercadoria. As relações entre as pessoas são cada vez mais mediadas pelo mercado. Quando falamos sobre o mercado, não estamos falando de algo abstrato, mas sim de grandes empresas transnacionais controladas por poucas pessoas e famílias e de pequenas empresas querendo ser grandes. O objetivo das empresas capitalistas é ter mais e mais lucro. Para atingi-lo, estratégias de propaganda levam à criação de necessidades para que as pessoas sintam que possuir aquele novo produto é urgente e é o que realmente as fará mais felizes.

O capitalismo molda nossos comportamentos e interesses atuando sobre as nossas subjetividades. Para gerar mais lucro, o capitalismo precisa



HELENA ZELIC

ENCONTRO DE MULHERES ESTUDANTES,
EM NITERÓI (RJ), 2016

explorar o trabalho das pessoas. Assim, passamos a maior parte da nossa vida trabalhando.

Várias análises feministas apontam que, no momento atual, há uma agudização do **conflito capital-vida**. Esse conflito é determinado pelo fato de que não é possível conciliar a lógica de expansão do mercado com a lógica da sustentabilidade da vida. Com a agudização desse conflito, são atacadas as relações, processos e trabalhos que sustentam a vida a cada dia e que, em sua maioria, estão sob responsabilidade das mulheres. O resultado é a preca-

rização da vida, muitas tratadas como descartáveis.

EXPLORAÇÃO E APROPRIAÇÃO ENTRECRUZADAS

Para compreender como se conectam os mecanismos de exploração do trabalho, a apropriação das terras e da natureza, o controle sobre o corpo das mulheres, a violência e o poder militar, podemos utilizar o exemplo dos telefones celulares.

No Brasil, a cada 10 pessoas, cerca de 8 têm um telefone celular. Os fa-

bricantes dos telefones celulares são grandes empresas, como Samsung, LG, Apple, entre outras. Muita gente trabalha para produzir um telefone, em várias partes do mundo, acompanhando a divisão social, sexual e internacional do trabalho.

O trabalho mais valorizado é chamado trabalho intelectual, que envolve o *design* dos aparelhos, a parte visual e estética, junto com toda a parte da engenharia dos materiais e da programação dos *softwares* que fazem os telefones funcionarem. Hoje em dia, a maior parte das pessoas do mundo não tem acesso a computadores, mas acessa a rede por meio de seus celulares. São os chamados *smartphones*.

O trabalho menos valorizado é o chamado trabalho manual nas fábricas de montagem de aparelhos. Essas fábricas estão localizadas em diferentes partes do globo, próximas aos mercados consumidores. No Brasil também existem fábricas onde os celulares são montados. A maioria das pessoas que trabalha nessas fábricas são mulheres. Thais Lapa mostrou em sua pesquisa⁴ que as mulheres são quase 100% das pessoas que trabalham diretamente com a montagem dos aparelhos. Já os homens geralmente estão nas posições

de chefia, manutenção e abastecimento. Esse é um exemplo muito forte de como a divisão sexual do trabalho atua no processo de produção capitalista.

As mulheres não estão na montagem por um acaso, mas porque esse trabalho, menos valorizado e pior remunerado, precisa de suas habilidades manuais, que envolvem delicadeza, paciência e repetição. Essas habilidades são adquiridas pelas mulheres por sua socialização para o trabalho doméstico e de cuidados. Nas fábricas, as habilidades necessárias à montagem de um celular não são consideradas qualificação, mas sim habilidades “naturais”, que as mulheres possuem só porque são mulheres. A montagem não é tratada como um trabalho que exige um alto nível de concentração, e sim como apenas mais um trabalho manual. E assim, novamente, o corpo das mulheres é fragmentado.

FEMINISMO: PRINCIPAL FERRAMENTA DE CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIA DAS MULHERES

O feminismo trouxe um questionamento global das relações de exploração, opressão e dominação. A construção teórica e analítica que mostra como o trabalho das mulheres é estruturante da economia capitalista foi um marco fundamental para nossa época

4. Pesquisa “Processo de trabalho, divisão sexual do trabalho e práticas sociais das operárias na indústria eletroeletrônica no contexto da flexibilidade produtiva” disponível em: <http://migre.me/vSmvG>

histórica. Junto com o questionamento da divisão sexual do trabalho, ela forneceu as bases para o questionamento de vários paradigmas e para a proposição da necessidade de romper com as falsas dicotomias e o pensamento binário que divide o mundo entre pessoal e político, entre razão e emoção, entre produção e reprodução. A crítica profunda ao modelo hegemônico criou as condições para olhar para a diversidade de experiências e aprender das culturas de resistências, bem como para recuperar experiências silenciadas.

O feminismo reivindicou o corpo para as mulheres: ***nosso corpo nos pertence!*** Com isso, afirmamos que nós, mulheres, somos donas de nossas próprias vidas. Além de questionar as formas pelas quais o sistema hegemônico interfere e molda as subjetividades, colonizando pensamentos e desejos, “nosso corpo nos pertence!” evidencia a compreensão de que não somos corpo e mente separados ou indivíduos desconectados ou com vida própria. Somos, sim, frutos de uma construção social. As relações que se estabelecem na vida de cada uma são formas como a sociedade se expressa em relação às mulheres como grupo social.

A construção dos grupos de auto-consciência no movimento feminista dos anos 1960 e 1970 revelou essa dimensão e se constituiu como uma ferra-

menta para a politização do patriarcado e da dominação sobre nossos corpos. A grande descoberta para as mulheres foi que o que se passa comigo não é apenas um problema meu, é de todas as mulheres, e é definido por uma construção social. Essa prática foi fundamental nos processos de construção de consciência feminista e de compreensão sobre como funciona o patriarcado. Passamos a entender a centralidade de construção de amor-próprio ou de autoestima, como é mais conhecido no movimento de mulheres.

Ao partir de informações de como é o corpo e seu funcionamento, o feminismo desnaturalizou o corpo das mulheres e deu bases para enfrentar tabus e medos e desfazer mitos. Portanto, a luta pela autonomia das mulheres envolve um processo permanente de ampliação da consciência feminista e de desalienação do nosso corpo, vida e trabalho.

A conquista da liberdade sobre o corpo e a sexualidade é uma das dimensões da autonomia das mulheres, que só poderá ser uma realidade para todas com a igualdade. Nossa experiência de luta feminista revela que a autonomia das mulheres é sempre resultado de um processo coletivo e que só seremos plenamente autônomas em uma sociedade de iguais, sem patriarcado, sem capitalismo, sem ra-

cismo, sem opressão da sexualidade e sem colonialismo.

Como parte dessa trajetória, experimentamos ao mesmo tempo um processo de autonomia em construção, que se expressa em cada uma de nós a partir da vivência de práticas coletivas. Quanto mais conscientes e engajadas estamos, mais reconhecemos as práticas patriarcais e, com isso, é possível forjar novas relações. Ainda que vivenciemos contradições e ambivalências e não tenhamos um porto seguro, estamos construindo caminho ao caminhar.

As expressões do feminismo em várias vertentes que hoje tomam as ruas, redes e roçados não são apenas espontâneas, como os meios de comunicação hegemônico tentam nos fazer crer. Ao contrário, as exigências e reivindicações, as práticas políticas e formas organizativas que orientam o feminismo em expansão no Brasil - e em muitas partes da América Latina e do mundo - tem raízes nas lutas de milhares de mulheres que há tempos enfrentam a opressão. Reconhecer os acúmulos deste processo longo e coletivo das mulheres é fundamental para responder aos desafios atuais.

A agenda de reivindicações expressa a diversidade do movimento de mulheres e do feminismo no Brasil, e engloba tanto setores historicamente

envolvidos com as pautas feministas, como movimentos e partidos da esquerda, quanto um número cada vez maior de mulheres, especialmente jovens, que acessou os debates feministas a partir das redes sociais. A irreverência na ocupação dos espaços públicos de forma coletiva marca o feminismo e mostra que segue atual a luta pela liberdade e autonomia dos nossos corpos frente à violência e ao controle patriarcal dos homens e do mercado. É fundamental que essa agenda mantenha conectadas a dimensão do conservadorismo e a pauta neoliberal para a economia. Por isso, é essencial que nos enfrentamentos à reação patriarcal atual as mobilizações de mulheres tenham o objetivo também de barrar os retrocessos impostos pelo neoliberalismo, mostrando que eles são, ao mesmo tempo, retrocessos fundamentalistas religiosos e conservadores de todas as ordens.

A afirmação da diversidade e o questionamento aos padrões de beleza, por exemplo, precisam enfrentar e denunciar as dinâmicas materiais que estruturam e reproduzem o patriarcado e o racismo no capitalismo. Do contrário, as grandes empresas incorporam parte do discurso feminista e criam novas linhas de produtos “para mulheres livres”. A partir de um feminismo antissistêmico, questionamos

o controle do mercado e dos homens sobre nossos corpos e nossas vidas, de modo a enfrentar os privilégios sociais para além do discurso e das aparências.

Essa é a chave para que a nossa luta por liberdade e igualdade não seja reduzida a visões e práticas liberais e individualistas, que não incomodam e nem questionam as bases materiais do patriarcado capitalista e racista. Quando estamos juntas organizando as nossas resistências e dizendo NÃO ao neoliberalismo, temos a capacidade de construir o nosso projeto e de colocar em prática nossos princípios e propostas. O que nos move é seguir juntas e juntos a partir do que nos une: a ação concreta de enfrentamento ao capitalismo racista, patriarcal e colonialista.

A auto-organização é uma estratégia central na construção do sujeito político coletivo do feminismo. A força das mulheres organizadas é capaz de questionar os determinantes das dinâmicas da exploração e dominação. No processo de luta social, as mulheres ampliam sua consciência e capacidade de romper com os padrões e dinâmicas de opressão que marcam a vida de cada uma e de todas. Sabemos que uma nova sociedade não irá florescer apenas dos livros ou de teorias, mas sim a partir das práticas coletivas e do enfrentamento às contradições encontradas pelo caminho.

Ao lidar com as questões do presente, confrontando as estruturas de opressão e, ao mesmo tempo, respondendo às necessidades cotidianas das pessoas, as mulheres colocam no horizonte o ideal de sociedade em que queremos viver. A lógica do cuidado da vida tem centralidade nesse horizonte, que é constituído a partir de mudanças nas relações de produção, reprodução e consumo. Economia feminista, economia solidária, agroecologia, soberania alimentar e mercados sociais são algumas das práticas contra-hegemônicas que vamos construindo nesse processo, fortalecido também por práticas de comunicação feminista e de construção de tecnologias livres que garantam a nossa privacidade e autonomia.

A solidariedade e o internacionalismo são nossos princípios de unidade, assim como a certeza da necessidade de uma transformação sistêmica que acabe com o capitalismo, o patriarcado, o colonialismo e o racismo. Defendemos a democracia e lutamos para que ela seja muito mais que uma formalidade. A democracia que queremos só é possível com soberania, liberdade, igualdade e auto-determinação e é condição para pensarmos e praticarmos a autonomia e a liberdade, elementos centrais na luta para que todas tenhamos o direito a uma vida que vale a pena ser vivida. ■

SEM CULPA,
NEM DESCULPA!

MULHERES LIVRES
DA VIOLÊNCIA



ATO DO 8 DE MARÇO EM NATAL,
RIO GRANDE DO NORTE, 2018

MULHERES EM MOVIMENTO

O feminismo é parte das resistências que hoje ocupam as ruas, os roçados e as redes em todo o Brasil. As mulheres vão para as ruas defender a democracia. Denunciam a misoginia, ou seja, as atitudes de ódio às mulheres, disseminadas nos meios de comunicação e cada vez mais na internet. As mulheres ocupam as escolas em defesa da educação. Enfrentam o racismo. Defendem seus territórios e modos de vida frente ao avanço da mineração, do agronegócio e das empresas transnacionais que contaminam a água, a terra e os alimentos. Defendem a igualdade, a autonomia e a liberdade de todas mulheres.

Milhares de mulheres organizadas em grupos e movimentos de mulheres lutam contra a violência machista todos os dias. O feminismo questiona a desigualdade predominante na sociedade, que trata as mulheres como inferiores e subordinadas aos homens. Antes do feminismo, a violência era vista como algo natural, que fazia parte do jeito de ser dos homens e que as mulheres deviam apenas conseguir evitar. Houve muita mobilização, estudo e denúncia para que a violência fosse reconhecida como um problema que precisa acabar. Lutamos para conquistar políticas públicas e ações concretas da sociedade para combater a violência, como a punição dos agressores, o

atendimento e cuidado das mulheres que sofrem violência. Nosso desafio é construir força política para acabar com a violência. É por isso que lutamos contra as causas da violência: contra o racismo, o machismo e a lesbofobia.

A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES ESTÁ EM TODOS OS ESPAÇOS

A violência contra as mulheres ocorre em todos os lugares da sociedade onde há homens e mulheres, seja em casa, nas ruas, no transporte, no trabalho ou nas redes sociais. E atinge as mulheres de todas as idades, raças e classes sociais. A violência contra as mulheres negras é maior pelo racismo que estrutura a nossa sociedade. Os dados mostram que a violência contra as mulheres negras fez mais vítimas fatais do que contra as mulheres brancas. As mulheres lésbicas sofrem violência porque questionam e desafiam a heteronormatividade, que organiza as famílias e instituições. A heteronormatividade é uma regra imposta pela sociedade, que empurra mulheres e homens a terem apenas relações heterossexuais. A sociedade machista não aceita que as mulheres vivam sua sexualidade de forma livre e responde a isso com violência. A violência contra as mulheres indígenas se combina com a violência capitalista que as expulsa dos seus territórios.

As violências física e sexual são mais visíveis, mas não são as únicas. Há outras formas veladas, silenciosas e mais naturalizadas, como por exemplo a desqualificação das mulheres que atuam em espaços públicos, políticos e de poder, a violação à privacidade, xingamentos, assédios, violência nas redes sociais e outras formas de violência psicológica. Por isso, hoje muita gente reconhece que a violência não pode mais ser considerada parte do destino das mulheres. Também se reconhece que a violência contra as mulheres é um crime. Depois de muita luta do movimento feminista, hoje a violência machista é reconhecida como uma construção social que vem das relações de poder dos homens sobre as mulheres, o que chamamos de dominação patriarcal.

A VIOLÊNCIA MACHISTA É PARTE DE UM MODELO DE OPRESSÃO DAS MULHERES: O PATRIARCADO

A relação de poder que os homens exercem sobre as mulheres está baseada na crença de que há uma superioridade masculina e uma fragilidade feminina. Essa relação de poder trata os homens como sujeitos sociais e as mulheres como meros objetos ao seu dispor. Trata-se de uma relação de poder que impede a autonomia das mulhe-

res e gera a violência machista. Somos consideradas objetos de posse e, portanto, inferiores e descartáveis. Além disso, se constrói uma visão de que as mulheres – seu corpo e seu trabalho – estão disponíveis para os outros. Por isso afirmamos que o patriarcado é um sistema no qual o conjunto dos homens tem privilégios e mais poder com a subordinação das mulheres.

Os homens, individual e coletivamente, controlam o corpo, o trabalho e a sexualidade das mulheres. A dominação patriarcal tem a ver com o controle dos nossos comportamentos, dos espaços que frequentamos, do trabalho que fazemos. É também o controle e a repressão que atacam, física e sexualmente, as mulheres que estão em luta, resistindo politicamente em seus territórios. A violência é uma forma de controle que afeta o conjunto das mulheres pelo medo, que impede nossa liberdade.

O patriarcado está totalmente articulado com o racismo e o capitalismo. Isso significa que esses sistemas precisam uns dos outros para se sustentar. As mulheres são exploradas de maneira diferenciada no capitalismo: recebem menos que os homens para cumprir as mesmas tarefas. Além disso, estão concentradas nos empregos menos valorizados, com menos direitos, e acumulam muita responsabilidade e sobrecarga com o trabalho domés-

tico e de cuidados. E no conjunto das mulheres, são as mulheres negras que recebem menos e estão nos trabalhos menos valorizados.

QUEM COMETE A VIOLÊNCIA?

A violência é praticada por homens de todos os setores da sociedade, em um exercício de poder e de controle. Os chefes praticam a violência e o assédio sexual para subordinar ainda mais as trabalhadoras. Professores universitários reconhecidos desqualificam e assediam as estudantes. Nas periferias das cidades brasileiras, já marcadas pela violência policial que assassina jovens negros, as mulheres também sofrem violência. Não há Estado que as proteja, já que o Estado é quem pratica a violência contra a população pobre, negra, periférica. Sabemos que a impunidade é uma realidade, mas também sabemos que existe no Brasil uma justiça seletiva, que pune apenas os setores pobres e negros da sociedade. A violência é uma forma de controlar as mulheres, de disciplinar os nossos corpos e de manter a situação de desigualdade que beneficia os homens e as elites na nossa sociedade.

Os meios de comunicação e de circulação de ideias tratam a violência como um acontecimento localizado ou extremo. Escondem que a violência é uma realidade em todos os lugares.

Um dos jeitos mais comuns de suavizar o machismo, responsável pela violência, é dizer que os homens que praticam violência são doentes, ou que praticam violência porque sofreram violência na infância. Essa visão protege os homens enquanto abandona, julga e culpa as mulheres; é mais uma desculpa que não justifica a violência. As meninas também sofrem violência na infância e não exercem violência contra os homens.

AUTONOMIA PARA SAIR DE SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA

A dependência afetiva e financeira fragiliza ainda mais as mulheres. Os homens tendem a ser mais violentos quando percebem que as mulheres estão sem amor-próprio. A baixa autoestima não é um problema individual de cada mulher, pois é provocada de diferentes formas pela sociedade e inclusive pelos homens com os quais as mulheres se relacionam quando eles fazem críticas, humilham, demonstram incômodos, dizem que elas estão inadequadas etc. Assim, a violência não se trata de um ou mais episódios de agressividade, mas sim da construção de uma relação em que o nível de violência vai aumentando gradativamente.

É comum que as mulheres sejam questionadas por se manter em relações onde os homens praticam violência contra elas. A forma como as mulheres

são socializadas nesse sistema patriarcal faz com que sejam ensinadas a serem dóceis e frágeis e a obedecer aos homens, seja o pai ou marido. Isso tem a ver com a ideia de que as mulheres são dependentes dos homens, que as mulheres precisam encontrar um homem para se casar, ter filhos e assim ser completa. E quando as mulheres não se adequam a esse formato, elas ainda são questionadas, julgadas e cobradas.

A ideia de que as mulheres são dependentes dos homens é muito forte e não é verdade. Quando olhamos para a realidade, vemos muitas mulheres que são responsáveis sozinhas pelo sustento da sua casa, dos seus filhos e de quem mais depender delas. Mesmo quando os homens são os que recebem salários maiores ou têm remuneração permanente, o sustento da família, dos homens e o próprio funcionamento da economia dependem das mulheres e do trabalho doméstico e de cuidados, que é realizado por elas todos os dias. Mesmo assim, as mulheres ainda são estimuladas a sonhar com um homem que vá protegê-las por toda a vida, como os príncipes dos contos de fadas.

É comum ouvir das mulheres, inclusive jovens, que seus namorados e maridos não as deixam fazer uma coisa ou outra. As situações de violência podem vir mascaradas de proteção e amor. O ciúme é expressão do controle

e começa com “pequenas” proibições, como pintar as unhas, usar batom, e vai avançando para roupas, estudos, convivência com amigos e família e até a proibição de trabalhar. Ser responsável pelos filhos, não ter independência econômica e nem serviços públicos de qualidade também dificultam as mulheres na hora de tomar e sustentar uma decisão.

A experiência das mulheres é de resistência. Por isso defendemos que para enfrentar a violência, as mulheres precisam de apoio para fortalecer sua autoestima e sua capacidade de decidir os rumos de sua vida. A autonomia econômica é uma condição importante para garantir que suas decisões sejam levadas a frente.

RESPOSTAS À VIOLÊNCIA: NOSSAS CONQUISTAS E OS LIMITES

O reconhecimento da violência contra as mulheres como um problema que precisa ser combatido avançou no Brasil, resultando em leis como a Lei Maria da Penha e o reconhecimento do feminicídio. Com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, no governo Lula, o Estado passou a ter mais condições de organizar as políticas de enfrentamento à violência, como o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência. Algumas prefeituras e governos estaduais começaram a atuar junto



ELAINE CAMPOS

FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E FEMINISTA,
SÃO PAULO (SP), ABRIL DE 2018

ao governo federal para organizar as políticas de acolhimento das mulheres vítimas de violência, as casas de passagem e os centros de referência.

Como parte da luta das mulheres trabalhadoras rurais, na Marcha das Margaridas, foram criadas políticas como as unidades móveis e fóruns de debate sobre os desafios para o enfrentamento à violência no campo. A ampliação das políticas públicas continua sendo um grande desafio, e enfrenta vários limites. Um deles é a continuidade da impunidade dos assassinos de mulheres. O movimento de mulheres denuncia a injustiça presente toda vez que um homem permanece impune ao justificar sua violência como um “crime passional”.

A luta das mulheres é pelo fim da violência, que não acontece apenas

com uma ou outra mulher, mas que organiza toda a nossa sociedade. Quando olhamos para a história do Brasil pelo feminismo antirracista, revelamos e denunciemos que o estupro massivo das mulheres indígenas e das mulheres negras estruturou a nossa sociedade desde a colonização. A violência é um instrumento de controle e disciplina, de humilhação e subordinação, e isso também serve para a organização e exploração do trabalho. Precisamos romper esse silêncio histórico, e também o silêncio que envolve a violência cotidiana que as mulheres sofrem até hoje.

Atualmente, se fortalece um grito coletivo que quer romper com o silêncio em relação às mulheres e meninas que continuam sendo estupradas, abusadas sexualmente e sofrendo

maus tratos todos os dias. Em todo o mundo, gritamos: nem uma a menos, vivas nos queremos! As políticas públicas ainda têm vários limites e pontos fracos. As delegacias que lidam com a violência contra as mulheres só funcionam em horário comercial, enquanto a violência ocorre em todos os horários. E só delegacia não basta para lidar com essa violência. A violência machista não pode ser tratada apenas como um caso de polícia.

Cada vez que um governo sem compromisso com as mulheres fecha a Secretaria de Políticas para Mulheres, por exemplo, o combate à violência deixa de ser prioridade. Outro obstáculo é quando juízes que fazem parte do poder judiciário questionam as medidas de proteção às mulheres e justificam a violência praticada pelos homens. Isso se dá em vários casos, mas podemos citar extremos, como o estupro de uma menina pelo seu pai, em que o juiz alegou que a menina havia provocado.

ROMPER COM O SILÊNCIO

Há uma grande dificuldade em romper com o silêncio, porque diversas vezes a violência acontece pelas mãos de pessoas muito próximas, pelas quais se tem afeto. O silêncio das mulheres ocorre por vergonha, humilhação, medo, a contradição entre os afetos

que sentem e a violência que sofrem ou ainda o risco real de serem assassinadas. As pressões e imposições da sociedade fazem com que as mulheres sintam que falharam, como se a culpa pela situação de violência fosse delas, e não dos agressores.

As mulheres ainda são vistas como culpadas pela violência que sofrem. Ainda é comum ouvir que a mulher provocou a violência, principalmente a sexual. Ou seja, a sociedade julga permanentemente as mulheres. O enfrentamento da violência contra as mulheres passa pela denúncia e encaminhamento dos casos de agressão. Mas é necessário ampliar a consciência crítica das mulheres e a compreensão de que as mulheres têm o direito de viver sem violência. A auto-organização das mulheres, em grupos e movimentos, tem sido um fator fundamental para que isso aconteça.

Nos últimos tempos, as mulheres organizadas no movimento feminista deram vários exemplos de força coletiva e ampliação da luta no Brasil. Elas organizaram ações públicas contra o estupro coletivo praticado pelos integrantes da banda New Hit contra adolescentes. Da mesma forma, mantiveram mobilização permanente em Queimadas, na Paraíba, quando mulheres jovens foram estupradas e assassinadas como parte de uma festa organizada por vários homens, e pela punição dos assassinos da

jovem Vivianny Crisley, também na Paraíba. Na mesma região, agricultoras denunciam a violência como parte da disputa de territórios pelos latifundiários.

Hoje, o crescimento da consciência sobre o machismo faz avançar a luta pelo fim da violência e pela igualdade, liberdade e autonomia das mulheres. Isso fortalece uma alerta do movimento feminista: a culpa da violência não é das mulheres e não há como ter mais desculpas para os homens. O caminho é reconhecer essa relação de poder e atuar para construir a igualdade.

PARA AVANÇAR NA LUTA POR UMA VIDA SEM VIOLÊNCIA

1. DESNATURALIZAR A VIOLÊNCIA

Por ser uma realidade muito presente na vida das mulheres, parece que sempre aconteceu e sempre vai ser assim. Muitos discursos e atitudes tratam a violência como natural, e escondem que a violência é um instrumento do patriarcado, relacionado com a necessidade de controle do corpo, do comportamento e do trabalho das mulheres.

2. AUTO-ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES PARA ROMPER COM O ISOLAMENTO

O isolamento das mulheres muitas vezes ocorre pela vergonha de falar sobre a violência. É também uma das principais formas que os homens violentos usam para controlar uma

mulher: não deixam que ela tenha relações de amizade e companheirismo. Por isso a auto-organização das mulheres nos bairros e comunidades, escolas e universidades é tão estratégica. A partir daí se constroem redes de solidariedade. É necessário organizar espaços para ter com quem falar, contar sua história, ser ouvida e acolhida. Isso é fundamental para que as mulheres se sintam fortalecidas para tomar decisões e enfrentar a violência. Sair do isolamento e construir formas coletivas que possibilitem estar juntas, debatendo e buscando soluções coletivas é fundamental para romper a lógica da sociedade atual que empurra as pessoas para a frente da televisão.

3. PREVENIR PARA NÃO PRECISAR PUNIR

Hoje ainda prevalece a ideia de que é preciso atuar depois que a violência já aconteceu. O feminismo insiste em investir na prevenção e isso inclui ações que alterem as bases da desigualdade e que tornem a violência inaceitável na sociedade. Isso quer dizer que a violência tem que ser amplamente debatida, que desde cedo a crianças devem ser educadas a partir dos princípios da igualdade, solidariedade e autonomia. É fundamental alterar a forma como meninos e meninas são ensinados a ser masculinos e femininos, a partir de uma ideia de que homens são violentos e fortes e mulheres são dóceis e frágeis

4. COMBATER A VIOLÊNCIA É UM COMPROMISSO DE TODAS E TODOS

Em todos os espaços, como escola e trabalho, devem haver normas que busquem impedir a violência. Da mesma forma, é preciso superar o que chamamos de violência institucional, que se combina com o racismo institucional, e acontece, por exemplo, quando as mulheres negras sofrem maus tratos nas delegacias, nos serviços de saúde e mesmo no momento do parto. Nas universidades, as estudantes, funcionárias e professoras estão em luta para que sejam criados mecanismos para acabar com a violência cotidiana que é praticada nesses espaços.

5. DENÚNCIA, SOLIDARIEDADE E MOVIMENTO

As denúncias são fundamentais para mostrar que a violência existe. Nos últimos tempos, muitas mulheres reconheceram a violência que sofreram, como assédio e estupro, quando tiveram acesso aos relatos de outras mulheres que passaram pela mesma situação. As campanhas feministas na internet foram muito importantes para isso. A solidariedade entre as mulheres também é um caminho necessário para que juntas possamos enfrentar as situações de violência. Tudo isso se junta com a auto-organização das mulheres em movimento, para colocar o assunto na rua, pressionar o Estado por

políticas públicas, questionar o poder dos homens e construir alternativas.

A luta pelo fim da violência não pode ser uma luta de 1 ou 16 dias. Ela faz parte da nossa luta de todos os dias, até que todas sejamos livres. Nossa luta pelo fim da violência se relaciona com a luta por autonomia econômica e pela garantia dos nossos direitos, como seguridade social, moradia, educação e saúde pública; com a nossa luta por direitos trabalhistas e pelo direito à aposentadoria; pela liberdade de viver nossa sexualidade de forma livre e de decidir sobre a maternidade, que deve ser uma escolha.

Estamos alertas e sabemos que nossa luta é cotidiana, porque nossas conquistas não são definitivas: o capitalismo patriarcal e racista reage de forma violenta a nossos avanços. Para acabar de vez com a violência, precisamos superar as desigualdades de classe, gênero e raça. As políticas públicas são importantes, mas elas sozinhas não são suficientes. Toda a sociedade tem que estar envolvida. É preciso acolher as mulheres que sofreram violência, mas isso não basta: temos que impedir que a violência aconteça com outras mulheres. Nossa luta é por um mundo com igualdade, justiça e liberdade para todas as mulheres. Por um mundo onde a violência seja inaceitável.

**ESTAMOS EM MARCHA
ATÉ QUE TODAS SEJAMOS LIVRES!**

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (Orgs.). *A produção do viver: ensaio de economia feminista* – São Paulo: SOF, 2002. pp. 11-49
- COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata et al. (Org.). *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: SOF, 2015 (Coleção Cadernos Sempre Viva). p. 13-42. Disponível em: <http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/01/reflex%C3%B5esepraticasdetransforma%C3%A7%C3%A3ofeminista-1.pdf>
- FARIA, Nalu et al. Sexualidade e feminismo. In: FARIA, Nalu (Org.) *Sexualidade e gênero: uma abordagem feminista*. São Paulo: SOF, 1998. (Coleção Cadernos Sempre Viva), 60 p
- FEDERICI, Silvia . *El Calibán y la Bruja: Mujeres, cuerpo y acumulación originaria*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2010. 368 p. Disponível em: <https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Caliban%20y%20la%20bruja-TdS.pdf>
- KERGOAT, Danièle. *Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais*. NOVOS ESTUDOS. CEBRAP. 86, março 2010, pp. 93-103, tradução de Antonia Malta Campos
- MIGUEL, Ana de. *Neoliberalismo sexual: El mito de la libre elección*. Madrid: Cátedra, 2015. 352 p.
- PÉREZ OROZCO, Amaia. *Subversión feminista de la economía: Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2014. 306 p. Disponível em: https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/map40_subversion_feminista.pdf
- VANCE, Carol S. El placer y el peligro. In: VANCE, Carol, org. *Placer y peligro: explorando la sexualidad femenina*. Madrid: Editorial Revolución, 1989, 232 p.
- SOF. *Feminismo em marcha para mudar o mundo*. Trajetórias, alternativas e práticas das mulheres em movimento. São Paulo: SOF, 2015, 90 p. Disponível online em: <http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Caderno-de-textos-web.pdf>
- SOF. *Prostituição: uma abordagem feminista*. SOF, 2015. Disponível online em: <http://www.sof.org.br/2014/02/19/prostituicao-uma-abordagem-feminista/>
- VENTURI, Gustavo e GODINHO, Tatau (orgs). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Edições Sesc SP, 2013, 504 p.



SECRETARIA NACIONAL DE
POLÍTICAS PARA MULHERES

SECRETARIA DE
GOVERNO



www.sof.org.br

ISBN 978-85-86548-33-8



9 788586 548338